

Contestando o capitalismo:  
elementos para uma crítica emancipatória

Contesting capitalism:  
elements for an emancipatory criticism

Renata Porcher Scherer<sup>1</sup>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)  
renatapscherer@gmail.com

FRASER, Nancy. JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

Neste texto realizaremos uma resenha crítica da obra “Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica”, lançada em 2020 pela editora Boitempo, com autoria de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi e tradução de Nathalie Bressiani. O diálogo entre Nancy Fraser, importante acadêmica e pesquisadora na área de Ciências Políticas e Sociais, e Rahel Jaeggi, estudiosa e pesquisadora na área da Filosofia Social e Política, permite uma abordagem plural e original sobre o capitalismo oferecendo novos elementos para uma abordagem crítica que poderá auxiliar tanto acadêmicos de diferentes áreas, quanto militantes e ativistas de movimento sociais a qualificarem seus diagnósticos.

A obra encontra-se dividida em quatro grandes capítulos e é construída em um diálogo entre as duas pensadoras. Apresentaremos os quatro capítulos de forma separada destacando a construção argumentativa das autoras para, ao final da resenha, indicar uma leitura crítica para o contexto atual e o cenário brasileiro.

No primeiro capítulo, intitulado “Contextualizando o capitalismo”, as pensadoras partem do desafio de definir um conjunto de características centrais que permitam distinguir sociedades capitalistas e não capitalistas. Nas palavras de Fraser, “nosso desafio é dizer o que faz com que uma sociedade seja capitalista sem homogeneizar a grande variedade de modos em que as sociedades capitalistas podem diferir e diferem umas das outras” (p. 28). No capítulo revisa-se o pensamento de Marx atentando para duas mudanças epistêmicas descritas pelo filósofo. A primeira mudança seria a da troca para a produção. Nesse caso, muda-se a organização social e econômica em que equivalentes

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFSul). Integra o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI/CNPq).

são trocados por equivalentes para uma organização de exploração. A segunda mudança refere-se à alteração do regime da produção para a acumulação primária que consistiria na acumulação por meio da exploração. Após essa revisão as autoras propõem três aspectos que não foram explorados nos estudos clássicos.

A primeira dimensão é a separação entre produção e reprodução. Nesse aspecto chama-se atenção para os limites da teorização nas novas gerações de feministas da reprodução social. Para Fraser, é necessário assumirmos uma leitura mais ampla da reprodução social envolvendo “a criação, a socialização e a subjetivação de seres humanos de modo mais geral, em todos aspectos” (p. 48). A segunda dimensão refere-se à separação da natureza humana e não humana que seria inaugurada pelo pensamento ecossocialista chamando a atenção sobre “o uso indiscriminado da natureza pelo capital” (p. 52). A terceira e última dimensão da separação entre economia e política enfatiza que “o capitalismo depende de poderes públicos para estabelecer e fazer valer suas normas constitutivas” (p. 54). As três dimensões descritas pelas pensadoras vão acompanhar toda a argumentação proposta na obra e são centrais para compreensão da teoria crítica proposta na obra.

Em “Historicizando o capitalismo”, segundo capítulo, realiza-se um diálogo sobre o capitalismo como “ordem social histórica, que se altera com o tempo e cujas características significativas mudam à medida que as coisas evoluem ao longo da história” (p.80). Para tanto, as autoras abordam qual formato a relação entre economia e política assumiu nos diferentes regimes de acumulação – mercantil, liberal, administrado pelo Estado e financeirizado – e como se alterou em cada um. Destaca-se a influência das revoluções inglesa e francesa na mudança do capitalismo mercantil para o capitalismo liberal. As duas guerras mundiais, a revolução comunista e a ascensão do fascismo para a mudança para o capitalismo administrado pelo Estado e ao discorrer sobre uma terceira transição que seria ainda fragmentária, por ser um trabalho em andamento, destacam-se as recessões econômicas e mudanças eleitorais significativas. Para Fraser, as análises dessas transições existentes teriam um caráter economicista, não sendo suficientes para a compreensão que elas desejam construir. Assim sendo, as autoras acrescentam como elementos para a análise histórica do capitalismo a separação entre produção e reprodução, humano e natureza e economia e política.

Interessante observar as análises das pesquisadoras na última transição em que existiria “uma convergência contraintuitiva de forças” (p. 104) entre os movimentos da Nova Esquerda Global e o ascendente partido neoliberal. Essa conjunção de forças, sob a bandeira da emancipação, resultou “no estilhaçamento da aliança da mercantilização e da proteção social” (p. 105) abrindo as portas para o que Fraser denominou como “neoliberalismo progressista”. No contexto do capitalismo financeirizado, observa-se a constituição de um “regime de expropriação universalizada” (p. 131) que poderia explicar o crescimento do populismo autoritário de direita em vários países que seria uma resposta ao neoliberalismo progressista. Na explicação das autoras, “quando séculos de estigma e violação se encontram com a necessidade voraz do capital de sujeitos para explorar e expropriar, o resultado é uma intensa insegurança e paranoia” (p. 132), pois aqueles que estavam antes protegidos de grande parcela da predação estão “ávidos para dividir os fardos dela agora” (p. 132).

No terceiro capítulo, nomeado como “Críticoando o capitalismo”, as autoras realizam uma distinção de três modelos de críticas realizadas ao capitalismo, a saber: funcionalista, moral e ética. Com relação a estratégia funcionalista, Jaeggi sistematiza que desse tipo de crítica deriva-se a “teoria da pauperização” na qual “o diagnóstico de que o capitalismo, em longo prazo, não vai produzir o suficiente para a subsistência das pessoas, o que levará ao colapso do sistema” (p. 136). A fragilidade

dessa leitura encontrar-se-ia no fato da limitação de estabelecer um argumento crítico sobre bases puramente funcionalistas. Dessa forma, fica o questionamento: “disfuncional a respeito de quê?” (p. 138). Para as pesquisadoras, uma forma de responder a tais fragilidades seria nos voltarmos para as questões normativas envolvidas. Esse argumento nos levaria ao segundo modelo de crítica situada desde o ponto de vista da moralidade ou da justiça.

Para o segundo modelo analisado o capitalismo seria problemático devido ao fato de produzir resultados moralmente indefensáveis. Jaeggi alerta que “simplesmente explicitar alguns erros morais seja, de sua própria maneira, insuficiente para o tipo de crítica que queremos” (p.141). Concordando com sua interlocutora, Fraser lembra que o fato de atores sociais responderem com indignação moral a eventos derivados do capitalismo não é problemático; mas, desejável. Todavia, precisamos “distinguir as críticas que os atores sociais desenvolvem daquela perspectiva que uma teoria crítica tem de desenvolver” (p.141).

Com relação ao terceiro e último modelo de crítica - o ético -, Jaeggi aponta que “se refere às mudanças dramáticas que o capitalismo gerou no que diz respeito ao nosso modo de vida” (p. 147). Mesmo com muitas variáveis, a tese central da crítica ética do capitalismo defende que a vida, em tais condições, torna-se alienada, empobrecida e sem sentido. Respondendo as análises de Jaeggi, Fraser aponta que uma crítica ética, não essencialista, “deve conectar os ‘males’ que o capitalismo gera com suas divisões institucionais constitutivas – as superações entre produção e reprodução social, entre economia e política e entre sociedade e natureza” (p. 150). Para Fraser, então, será importante questionarmos se esse tipo de forma de vida dividida pelo capitalismo nos permite viver bem, ou se viveríamos melhor de outros modos. Aponta-se como possibilidade a necessidade de conexão entre as três vertentes críticas. Assim, “não se trata apenas de dizer que esses três modos de crítica do capitalismo têm pontos fortes e fracos, mas que essas fraquezas podem ser superadas ao juntarmos as três ‘dimensões’” (p. 157).

No quarto e último capítulo, “Contestando o capitalismo”, as autoras apresentam três modos específicos em que a visão do capitalismo como ordem social institucionalizada poderia enriquecer nossa compreensão de luta social. A primeira estaria relacionada com as lutas em torno da dominação. Como explica Fraser, “a dominação de gênero está inscrita na separação institucional entre produção e reprodução, bem como que a dominação nos eixos de raça, nacionalidade e cidadania está inscrita entre exploração e expropriação” (p.185). Nessa perspectiva, as lutas contra o racismo, o imperialismo e o sexismo “respondem a formas de dominação tão reais, injustas e profundamente arraigadas na sociedade capitalista quanto aquelas que dão origem às lutas de classe” (p. 186). A segunda questão destacada na obra estaria relacionada com uma visão ampliada de luta de classes que não exclui as lutas em torno do trabalho não assalariado e expropriado. Uma perspectiva ortodoxa do conceito de luta de classes implicaria numa centralidade no conflito entre classe e capital, “em que o trabalho é reduzido ao trabalho assalariado, sobretudo nas dependências das fábricas industriais”. As autoras defendem a necessidade de uma visão expandida da classe trabalhadora e uma compreensão alargada de luta de classes. O terceiro apontamento consistiria na defesa de lutas de fronteira. Para Fraser, “como focos de contradição e potencial crise, essas fronteiras são tanto lugares como temas de lutas; são, ao mesmo tempo, localizações onde o conflito emerge e objetos de contestação” (p. 187). Explicam ainda que o conceito de lutas de fronteira não deve ser compreendido como uma adição ou uma substituição das lutas de classe. Pelo contrário, esse conceito pertence ao mesmo quadro conceitual que a visão expandida da luta de classes, abarcando “lutas em torno do trabalho não

assalariado e expropriado, incluindo a reprodução social, e em torno das condições naturais e políticas que lhe dão sustentação” (p.188).

Para concluir as reflexões realizadas na obra, Fraser e Jaeggi apostam em um enfraquecimento do neoliberalismo. Para Fraser, “o projeto neoliberal está vacilando hoje, por razões estruturais e políticas. Sua aliança hegemônica entre emancipação e mercantilização/ financeirização perdeu muito do seu brilho carismático” (p. 212). Nesse sentido, a aposta seria em um modelo “dois contra um” ainda não testado, qual seja: proteção social e emancipação contra mercantilização/financeirização. Nesse tom propositivo e esperançoso a obra é finalizada apostando no rompimento efetivo com a economia neoliberal e com as várias políticas de reconhecimento que a fortaleceram nos últimos anos. Isso significaria renunciar tanto o etnonacionalismo excludente quanto ao individualismo meritocrático-liberal. Sob a perspectiva de Fraser, “apenas ao combinar uma política de distribuição igualitária robusta com uma política de reconhecimento substantivamente inclusiva e sensível à classe é que podemos construir um bloco contra-hegemônico a nos levar, para além da atual crise, a um mundo melhor” (p. 242).

Queremos ao final da leitura chamar atenção para um conceito central abordado pelas autoras e que, no contexto atual de pandemia devido aos riscos provocados pelo COVID-19, tem se tornado incontornável nos debates contemporâneos, qual seja: a reprodução ou o trabalho reprodutivo. O cenário atual tem tornado cada vez mais visível e evidente as injustiças e as nossas vulnerabilidades; assim, as tarefas relacionadas ao cuidado, que historicamente são realizadas pelas mulheres, têm adquirido especial atenção. Muitas de nós estão na linha de frente no combate a doença seja como médicas, enfermeiras, assistentes sociais e agentes de saúde. Outras, em trabalhos precarizados relacionados a cuidados da casa, de crianças e/ou idosos. Todas estamos sobrecarregadas com os trabalhos da esfera produtiva e da esfera doméstica, que são ampliados nesse contexto. Como nos lembram Jaeggi e Fraser, qualquer proposta de leitura crítica ao neoliberalismo que esqueça da dimensão da reprodução, omite uma questão central para a sua constituição e fortalecimento. Portanto, finalizamos essa resenha apontando que as leituras atuais relacionadas a um cenário de pós-pandemia, sejam elas otimistas ou não, que omitam a importância da reprodução da vida como central para a construção de uma sociedade mais justa e cooperativa não consegue olhar para um dos pilares que tem estruturado as injustiças do mundo.

*Recebido em: 01/05/2020*

*Aceito em: 15/11/2020*